

Os primórdios do Ensino Religioso no Brasil

ERALDO BATISTA*

Resumo

Neste texto, abordamos o início do processo educacional desenvolvido pelos missionários da Companhia de Jesus no Brasil ressaltando que o Ensino Religioso teve origem em nosso país nesse período histórico, mesmo que naquele momento a sua instrução não fosse assim denominada. Analisamos os fundamentos e a contribuição dessa pedagogia para a educação na colônia relacionando-a com o contexto histórico do período. A historiografia no campo educacional considera a pedagogia jesuíta de cunho conservador, reacionário e elitista, uma vez que privilegiou a educação dos filhos de colonos e de representantes da Coroa portuguesa no país.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Pedagogia Jesuítica; Companhia de Jesus; Educação no Brasil Colônia.

The beginnings of religious education in Brazil

Abstract

In this article, we approach the beginnings of the educational process developed by the missionaries of the Society of Jesus in Brazil, emphasizing that Religious Education originated in our country in that historic period, although its instruction was not named thus at that time. We analyze the foundations and the contribution of this line of pedagogy to education in the colony, relating it to the historical context of that period. Historiography of education defines Jesuit pedagogy as conservative, reactionary and elitist, since it privileged the education of the children of colonists and representatives of the Portuguese Crown in Brazil.

Key words: Religious Education; Jesuit Pedagogy; Society of Jesus; Education in Colonial Brazil.



* **ERALDO BATISTA** é Doutor em Educação pela Unicamp. Pós-doutorando em Ciências da Religião pela PUC-CAMPINAS.

Introdução

Os jesuítas, padres pertencentes à Companhia de Jesus, constituíram-se em uma poderosa ordem religiosa nos séculos XVI, XVII e XVIII. A companhia foi fundada em 1540 pelo padre Inácio de Loyola com o objetivo de propagar a fé e a doutrina católica, combater o movimento protestante em ascensão na Europa. Loyola, militar que se converteu ao catolicismo, fundou a ordem com orientação rígida, militar, disciplina e obediência aos superiores. Na Europa, os jesuítas surgiram como parte do movimento de contrarreforma, tendo como uma importante missão impedir o crescimento e a aceitação do protestantismo.

Neste artigo tecemos análise referente ao período histórico colonial brasileiro, destacando a importância da Companhia de Jesus no processo educacional a partir de 1549, tendo como foco o Ensino Religioso. O imenso território sul-americano descoberto em 1500 e que posteriormente seria chamado de Brasil foi resultado do interesse português em avançar para outros mares em busca de riquezas, assim como também era o desejo do império espanhol. Descobertas de terras também foram resultado de investimento em pesquisa, com cartógrafos, astrônomos, navegadores e matemáticos reunidos para estudar o planeta, os oceanos e as experiências mencionadas pelos navegadores. Mediante o interesse político e de poder da época, houve apoio do império e cartas marítimas e instrumentos foram criados visando ampliar o horizonte das navegações, além de aperfeiçoarem as embarcações, melhorando-as para esse novo intento.

Ao analisar esse período histórico e a expansão marítima portuguesa, Fausto observa a importância da invenção de novos equipamentos. Segundo o autor:

O aperfeiçoamento de instrumentos como o quadrante e o astrolábio, que permitiam conhecer a localização de um navio pela posição dos astros, representou uma importante inovação. Os portugueses desenvolveram também um tipo de arquitetura naval mais apropriada, com a construção da caravela, utilizada a partir de 1441. Era uma embarcação leve e veloz para as condições da época, de pequeno calado, permitindo por isso aproximar-se bastante da terra firme e evitar, até certo ponto, o perigo de encalhar. A caravela foi a menina dos olhos dos portugueses, que a empregaram bastante nos séculos XVI e XVII, nas viagens para o Brasil (FAUSTO, 2009, p. 25-26).

Apresentamos aqui uma breve análise histórica para demonstrar que essas investidas motivaram e possibilitaram que Cristóvão Colombo chegasse à América em 1492 e Pedro Álvares Cabral, em 1500, desembarcasse no litoral das terras brasileiras. Se a vinda de Cabral para as terras distantes fora objetivo traçado desde o início, é questão sobre a qual historiadores divergem. Importante saber que em 9 de março de 1500:

[...] partia do Rio Tejo em Lisboa uma frota de treze navios, a mais aparatosa que até então tinha deixado o reino, aparentemente com destino às Índias, sob o comando de um fidalgo de pouco mais de trinta anos, Pedro Álvares Cabral. A frota, após passar as Ilhas de Cabo Verde, tomou rumo Oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria terra brasileira, a 21 de abril. Nessa data, houve apenas uma breve descida à terra e só no dia seguinte a frota ancoraria no litoral da Bahia, em Porto Seguro (FAUSTO, 2009, p. 30).

Em pesquisas, historiadores não afirmam claramente que Cabral partiu em expedição para as Índias, pairando a dúvida se de fato o destino pretendido teria sido essa região ou outra.

A descoberta das terras americanas foi um importante salto nas conquistas marítimas, além de fundamental para Portugal e Espanha ocuparem lugar de destaque nas navegações e na exploração desse novo continente, beneficiando-se de suas riquezas. Outra questão central observada é que essas conquistas foram uma "salvação" para a Igreja Católica, que desde o século XV era cada vez mais questionada por suas ações na Europa.

O catolicismo passou a ser contestado por Martinho Lutero, monge agostiniano que não concordava com as ações da Igreja em relação à venda das indulgências. Lutero também questionava veementemente a forma como se realizavam as missas (cultos) e o distanciamento da Igreja da população mais pobre. Defendia que a Bíblia deveria ser traduzida para diversas línguas e ser de fácil acesso para o povo. Em 1517, Lutero divulgou 95 teses contrapondo-se à Igreja Católica, quando foi perseguido pela Igreja e excomungado em 1521 pelo papa Leão X. O monge recebeu amplo apoio na Alemanha, com amparo e respaldo de príncipes e de integrantes da nobreza alemã. Esse movimento religioso de ruptura com a Igreja Católica foi denominado de Reforma Religiosa ou Reforma Protestante, alvo de duras críticas dos católicos, que com o Concílio de Trento (1545-1563) desencadeiam a contrarreforma religiosa. O acirramento desse processo levou a uma radicalização e confrontos entre protestantes e católicos¹.

¹ Não é objetivo aqui aprofundar em análise acerca desse movimento, e sim apenas destacar a

Diversos pesquisadores, entre eles sociólogos, teólogos, filósofos, historiadores, analisam esse período e a questão religiosa. Faria (2009, p. 53) discorre sobre o Concílio de Trento observando:

Convocado pelo papa Paulo III e aberto em 1545 em Trento, cidade do Tirol, sob a presidência de três cardeais legados, o Concílio só seria encerrado em 1563. Com 25 sessões e 18 anos de duração, duas vezes foram suspensos os trabalhos em virtude de circunstâncias políticas. Nesse sentido, pode-se dividir o Concílio em três períodos: o primeiro, no pontificado de Paulo III, com dez sessões (13 dez. 1545-11 mar. 1547); o segundo, no pontificado de Júlio III, com seis sessões (1551-1552); o terceiro, no pontificado de Pio IV, com nove sessões (18 jan. 1561 – 4 dez. 1563).

Lutero ganhou muitos adeptos ao exigir que todos os cristãos tivessem acesso à Bíblia e que soubessem lê-la e interpretar seus textos. Tratou-se de uma proposta que colocava em xeque a Igreja Católica, pois esta limitava o acesso à educação, que era destinado somente aos filhos da nobreza, a senhores feudais e príncipes. Em estudo e reflexões sobre esse tema, Vercelli ressalta:

O movimento de Reforma religiosa e cultural iniciado por Lutero passa a ter importante significado educativo, pois tinha como fundamento a relação entre o crente e as Escrituras, portanto, valorizava a religiosidade de cada indivíduo e o "livre-exame" do texto sagrado. Além disso, para Lutero todo cidadão deveria se apossar do instrumento mais valioso que é a leitura, pois somente por meio dela as Escrituras Sagradas seriam difundidas para o povo. Essa difusão

importância das mudanças que ocorrem no período em tela no campo religioso.

teria de ocorrer nas instituições públicas mantidas pelo Estado (VERCELLI, 2012, p. 49).

Com base em estudos, constatamos que esse movimento iniciado por Martinho Lutero no século XVI promove uma efervescência e acirramento na sociedade como um todo, abalando as estruturas religiosas e políticas até aquele momento, pois, ao fazer confronto com os interesses, dogmas e projetos da Igreja Católica, estaria em divergência com os interesses da alta nobreza europeia e de muitos senhores feudais que advogavam o credo católico. Nesse sentido, esse movimento estremece as colunas intactas do poder político e religioso do período. Lutero, com sua coragem, enfrentou esse poder pondo em risco sua vida, uma vez que muitos que até aquele momento contestavam as ações da Igreja tinham como quase certo a perda da própria vida. Ao defender que todos tivessem acesso à leitura da Bíblia e que esta fosse traduzida para outros idiomas, Lutero iniciou um movimento interessante, que é a defesa da escola, que deveria ser pública, financiada pelo Estado, para que todas as crianças e jovens pudessem aprender a ler e a escrever, e assim pudessem ler e estudar a Bíblia. Ao desenvolver análise referente ao tema, Barbosa ressalta:

A valorização de Lutero ao ensino das línguas clássicas mostra-se como consequência dos ideais do movimento humanista com a propagação do Renascimento na Alemanha e também como forma de alcançar o que pregava como seu objetivo inicial: que os cristãos tivessem não somente livre acesso à Bíblia, mas fossem capazes e tivessem condições de interpretá-la sem mediação. A aprendizagem das línguas seria, então, um instrumento para a garantia da liberdade do cristão no conhecimento da

Escritura. Para a conquista desse objetivo, a língua nacional também é valorizada, tanto que Lutero propõe a leitura da Bíblia em língua vernácula para o aprendizado das crianças no ensino elementar. Contudo, isso não bastaria. Era fundamental que se estudasse latim, grego e hebraico, além do ensino da gramática e a leitura de textos mediante o estudo de obras literárias pagãs e cristãs (BARBOSA 2007, p. 168).

Ao discorrer análise referente a essa Congregação Religiosa, Santos (2007, p. 66) entende que, sob o comando de Inácio de Loyola, “[...] apresentava como principal propósito a propagação da fé e o progresso das almas na vida e doutrina cristã. Os inicianos inicialmente baseavam suas atividades no ministério de Jesus e de seus discípulos”. Ainda conforme esse autor, o ideal itinerante de evangelização dos jesuítas foi fortemente iniciado e, “[...] em breve espaço de tempo, diversos missionários já se encontravam dispersos em distintos territórios nos continentes asiático, africano e americano” (SANTOS, 2007, p. 66).

Em pesquisa sobre o processo de fundação dessa congregação religiosa católica, Piletti e Piletti (2002, p. 134) assinalam que esta fora fundada em 1534, sendo oficialmente constituída em 1540, “[...] dentro do movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante”. Os autores destacam ainda que os jesuítas tinham como objetivo atuar mediante duas frentes: “[...] através da educação das novas gerações e por meio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizados” (PILETTI; PILETTI, 2002, p. 134). Ou seja, uma das investidas da Igreja Católica era fazer frente ao avanço dos protestantes, e

tanto no que dizia respeito à religião quanto no campo da educação, no qual os luteranos ganhavam cada vez mais espaço recebendo respaldo em diversos países, ou seja, investimentos para a criação de escola patrocinada por príncipes e alta nobreza alemã, tendo origem aí a escola moderna, pública e estatal.

Buscando novos territórios – além de novos fiéis – e recuperar o espaço perdido com o crescimento do protestantismo na Europa, fora que os padres da Companhia de Jesus iniciaram um longo e árduo trabalho em colônias espanholas e portuguesas nos continentes africano e americano. O objetivo central da Igreja era levar para todas as regiões possíveis o cristianismo católico, estimulada principalmente pelo movimento da Contrarreforma e do Concílio de Trento (1543-1563).

Com esse propósito estabelecido, os representantes da Companhia de Jesus desembarcam no Brasil em 1549, acompanhados do governador-geral Tomé de Sousa. Segundo Fausto,

Vinham com o governador-geral os primeiros jesuítas – Manuel da Nóbrega e seus cinco companheiros –, com o objetivo de catequizar os índios e disciplinar o ralo clero de má fama existente na colônia. Posteriormente (1532), criou-se o bispado de São Salvador, sujeito ao arcebispo de Lisboa, caminhando-se assim para a organização do Estado e da Igreja, estreitamente aproximados (FAUSTO, 2009, p. 47).

Com a fundação da província jesuítica brasileira, Manuel da Nóbrega foi nomeado o primeiro provincial da Companhia de Jesus, permanecendo no cargo entre 1549-1559. Ao desembarcar no Brasil, Nóbrega definiu as funções e as atribuições dos demais padres, então sob seu comando, sendo redigidas as

primeiras normas dos jesuítas em terras brasílicas e o catálogo de sua missão: catequizar os índios e convertê-los ao catolicismo.

Mas qual era de fato a intenção maior desses religiosos logo no início da colonização em terras distantes? Não se tratava apenas de um projeto de catequização, muito menos de um plano de expansão da Igreja em terras desconhecidas, mas parecia referir-se a um projeto que queria a conversão e a preparação dos índios para aceitarem a política a ser implantada, mas que também significava educar e preparar os colonos e seus filhos para a tarefa de colonização, de trabalhar e produzir riquezas para a Coroa portuguesa.

Os jesuítas deveriam cuidar da reprodução interna do contingente de sacerdotes, necessários para a garantia da continuidade da obra. Sua tarefa educativa era basicamente aculturar e converter “ignorantes” e “ingênuos”, como os nativos, e criar uma atmosfera civilizada e religiosa para os degredados e aventureiros que para aqui viessem. Isso constituía uma empreitada que exigia muita criatividade no que diz respeito aos métodos de ação, considerada a heterogeneidade da clientela que tinham diante de si (XAVIER *et al.*, 1994, p. 41).

Primeiramente, os inicianos buscaram a adaptação ao novo território construindo abrigos e aldeias para a realização do trabalho missionário. Logo após esse momento, passaram a atuar efetivamente no processo educacional, primeiro com os índios adultos, mas, diante da resistência, focaram na educação das crianças indígenas. Fundaram na Bahia, em agosto de 1549, a primeira escola de ler e escrever brasileira. Nóbrega liderou esse projeto e foi iniciando aos poucos uma proposta educacional no Brasil. O

analfabetismo dominava não somente entre colonos e seus filhos, mas também entre os funcionários dos vilarejos e das cidades. Saber ler e escrever era privilégio de poucos.

Em síntese, o trabalho dos jesuítas era o da conversão dos indígenas em cristãos, civilizados e ordeiros, segundo os padrões e cultura europeia. Era necessário criar novos costumes para esse povo, que não possuía hábito para o trabalho. Segundo considerações de Neto e Maciel (2008, p. 174):

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma “nova sociedade”. Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo.

A tarefa de conversação e de aceitação do verdadeiro Deus, de outra visão de mundo, pressupunha doutrinar esse povo para o trabalho braçal, tão necessário para a expansão da colônia. Fausto (2009) explica muito bem como foram essas tentativas dos portugueses no intuito de sujeitar os índios. Segundo esse historiador,

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravidão pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas,

principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço em transformar os índios, através do ensino, em “bons cristãos”, significava também adquirir os hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da Colônia (FAUSTO, 2009, p. 49).

A missão jesuítica objetivava “[...] dominar, pela fé, os instintos selvagens dos donos da terra, que nem recebiam pacificamente os novos proprietários, difundindo o pânico entre a população metropolitana que ansiava por oportunidades econômicas num mundo menos competitivo”. (XAVIER, 1994, p. 41-42). Conforme entendimento ainda desta autora, a missão preocupava-se também de “[...] instalar aqui a prática cotidiana dos serviços religiosos que atraísse o olhar de Deus para este mundo pagão” (XAVIER, 1994, p. 41-41).

Os europeus que por aqui desembarcaram trouxeram muitas coisas, entre elas a arrogância e o autoritarismo, desconsiderando os habitantes locais, bem como sua cultura e tradição. Os salvadores do mundo, com seus crucifixos e fé religiosa católica, tinham os índios como seres desalmados, deseducados, “selvagens”, que precisavam ser convertidos e batizados pela Igreja. Era necessário também educá-los, como se nessas terras não recebessem nenhuma educação em suas organizações. Apenas uma visão de mundo era aceita. As afirmações de Paiva (2015, p. 3) corroboram tais considerações:

[...] quando os portugueses chegaram para dominar as novas terras, as sociedades tribais já possuíam uma forma de transmitir seus conhecimentos aos mais novos. O pajé tinha certamente seu aprendiz

para o qual repassava seus conhecimentos farmacológicos e ritualísticos, assim como os pais sabiam muito bem ensinar a seus filhos a arte da caça, da pesca e da fabricação do arco e da flecha, tal como a arte plumária, as peças de artesanato, as panelas e pinturas corporais que eram praticados por todos e todos ensinavam a todos. Eram, sem dúvida, processos informais e não formais de transferência do conhecimento comum. Mesmo o xamã, quando ensinava formalmente seu sucessor, não "dava aula" no sentido que compreendemos hoje, mas possibilitava situações de aprendizagem que podiam ocorrer a qualquer hora e em qualquer lugar. Igualmente, os povos africanos – dos quais foram retiradas milhares de pessoas para o trabalho escravo – também detinham uma forma própria de instruir seus filhos a fim de torná-los "pessoas" dentro de sua cultura, que não diferia muito das práticas de ensino e aprendizagem presentes nas tribos indígenas do Novo Mundo.

No entanto, os jesuítas não respeitaram a cultura, a educação e o Deus dos povos "selvagens", os não civilizados. Era necessário catequizá-los, doutriná-los, educá-los para aprender novos hábitos e crer no verdadeiro Deus, na legítima representante desse ser supremo na terra, ou seja, a Igreja.

Com o trabalho evangelizador dos missionários da Companhia de Jesus, os povos que aqui habitavam foram aos poucos aculturados, absorvendo uma nova visão de mundo, modificando seus hábitos alimentares, de vestimentas e aceitando um novo Deus, aquele que trazia a salvação da alma, além de perdoar todos os pecados cometidos. Xavier *et al.* (1994, p. 42) nos informa que era por meio do sacramento do batismo que se operava "[...] um renascer

que alterava pela base a vida cotidiana daquela população nativa e a sua própria compreensão do significado da existência". Ainda segundo Xavier *et al.* (1994, p. 42), tratava-se de um aprendizado em que esses povos descobriam o "mal" em que viviam, distantes de Deus e da possibilidade de perdão de uma divindade trazida da Europa. "[...] Era quando descobriam o 'mal' em que haviam estado mergulhados antes da salvação providencial por aqueles que, em troca dessa redenção, ocupavam todos os seus espaços materiais e espirituais" (XAVIER *et al.*, 1994, p. 42).

Em estudo referente à missão dos jesuítas no processo de colonização, Cardoso (2017, p. 226) destaca a integração "[...] da Igreja com a Casa Grande, símbolo da dominação da oligarquia agrária, por meio da escola, mas usando, além disso, o confessionário, meio que a igreja utilizou para atrair os meninos e escravos". Esse autor ressalta que a Igreja tinha afinidade com os interesses da classe dominante, usando a educação para "[...] moldar a sociedade no sentido da evangelização e da formação das elites. A catequese, considerada importante instrumento da educação, era dirigida para a domesticação e aceitação do trabalho escravo" (CARDOSO, 2017, p. 42).

Por mais de dois séculos, essa ordem religiosa foi unanimidade no apoio dos governos da Espanha e Portugal, desenvolvendo em suas colônias um trabalho catequético e educacional.

Os jesuítas e o ensino religioso

Ao examinarmos o trabalho educacional dos missionários da Companhia de Jesus em terras brasileiras a partir de 1549, é possível verificar que a atividade educacional esteve articulada com a evangelização, além de caminharem juntas. O catolicismo era a religião oficial de Portugal, sendo seu ensino apoiado e sua crença professada pelos colonos que aqui se estabeleciam. Portanto, a missão dessa ordem religiosa era converter os povos indígenas à religião cristã católica e educá-los na civilidade europeia para que advogassem esse credo e contribuíssem com o processo de colonização. Segundo Ferreira Jr., “[...] coube à Companhia de Jesus a organização das instituições irradiadoras dos dois veios fundamentais de sustentação da cultura europeia nas terras americanas mais ocidentais demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas: a Igreja Católica e a escola” (FERREIRA JR., 2004, p. 177).

Ao pesquisarem e analisarem a história do Ensino Religioso no Brasil, desde a colônia, Junqueira e Oliveira (1998, p. 2) destacam a educação implementada pelos jesuítas no país. Segundo esses autores:

A educação foi implantada e ministrada sob os auspícios dos Jesuítas. O governo não intervém diretamente como primeiro interessado, nem propõe uma filosofia educacional, pois compete aos religiosos, controlados pelo governo, organizar e fazer funcionar o processo de escolaridade. A grande característica desta fase é uma educação humanista, que se caracteriza por ser individualista, centrada nos valores propostos pelo Renascimento e favorecer a ideologia reinante, empregando métodos tradicionais. O ensino da Religião é questão de cumprimento

dos acordos estabelecidos entre a Igreja Católica e o Monarca de Portugal. As leis, decretos e instruções em geral põem em primeiro plano a evangelização dos gentios. O caráter disciplinador de toda Catequese concorre para a transmissão de uma cultura que visa à adesão ao catolicismo (JUNQUEIRA; OLIVEIRA, 1998, p. 2).

Pensar a educação no Brasil Colônia sem a educação e sem o trabalho dos indianos parece impossível, como impossível também é pensar a catequização dos indígenas sem a forte presença desses religiosos. A Companhia de Jesus, além disso, legitimava a política da Coroa portuguesas em terras brasileiras e o processo do trabalho escravo aqui realizado. Importante destacar que algumas fazendas jesuítas também adotavam o trabalho escravo. Consideramos, assim, que essa ordem religiosa foi o sustentáculo político, ideológico, religioso e educacional dos interesses do governo português por um período de no mínimo duzentos anos em solo brasileiro.

Para propagar a fé e a doutrina católica, era necessário estabelecer uma relação próxima com os índios, por isso a elaboração de uma metodologia de ensino e de catequese visando à conversão ao catolicismo. Segundo Ferreira Jr., essa foi a primeira fase dos jesuítas no Brasil, conforme segue:

A primeira fase da ação jesuítica em terras brasileiras foi caracterizada pela estratégia catequética baseada na utilização de instrumentos didáticos, como o teatro e a música, que possibilitavam incorporar traços culturais ameríndios que não eram conflitantes com a concepção de mundo cristã, ou seja, a chamada “pedagogia brasílica (FERREIRA JR., 2010, p. 20).

De maneira didática, para regular e conduzir tais propostas, foi elaborado o *Ratio Studiorum*, documento que registrou o método de ensino dos inicianos, levando aproximadamente cinquenta anos para ser aprovado. Segundo Ferreira Jr.,

O famoso método jesuítico levou aproximadamente 50 anos para ser discutido e aprovado, isto é, teve início com a primeira experiência pedagógica dos jesuítas no colégio de Messina (Itália), em 1548, e só foi concluído em 1599. Além disso, o principal traço característico do *Ratio Studiorum* era a exposição da concepção pedagógica jesuítica por meio de regras concisas, ou seja, não se tratava de um método pedagógico fundado em princípios teóricos gerais e abstratos. Ao contrário, cada função pedagógica desenvolvida no colégio jesuítico era meticulosamente regulada, passo a passo (FERREIRA JR., 2010, p. 24).

O método estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido, tendo sido instituído por Inácio de Loyola para direcionar todas as ações educacionais dos padres jesuítas em suas atividades educacionais tanto na colônia quanto na metrópole, ou seja, em qualquer localidade onde os jesuítas desempenhassem suas atividades. O *Ratio Studiorum* não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas.

No Brasil, esse compilado educacional, utilizado inicialmente pelo padre Manuel da Nóbrega, foi adaptado para atender às necessidades, às especificidades e à ampla diversidade cultural dos povos

que aqui habitavam, bem como, posteriormente, com a chegada dos negros africanos.

Considerações finais

A atuação jesuítica na colônia pode ser compreendida em duas fases distintas. A primeira corresponde ao período de adaptação e de construção do trabalho de catequese e conversão do índio aos costumes dos brancos. Já a segunda fase, que corresponde ao segundo século de atuação dos jesuítas, refere-se a um período de grande desenvolvimento do sistema educacional implantado no primeiro período, ou seja, a consolidação de um projeto educacional. Inicialmente os padres jesuítas dedicaram-se à catequização e à conversão do gentio à fé católica, mas com o passar dos anos começaram a também ensinar os filhos dos colonos e demais membros da colônia, alcançando, em um último estágio, a formação da burguesia urbana, constituída principalmente pelos filhos dos donos de engenho. Esses jovens, que após o término de seus estudos no Brasil partiam para estudar em Coimbra, Portugal, mais tarde vão impulsionar o espírito nacionalista em solo brasileiro. Por meio de seu ensino e de sua metodologia, os jesuítas exerceram grande influência na embrionária sociedade brasileira, constituída pelos filhos da classe burguesa. As principais críticas ao método pedagógico efetuadas pelos adversários políticos dos jesuítas no reino foram: a educação da mocidade reinícola e colonial monopolizada pelos padres orientava-se, sem dúvida, para a uniformidade intelectual; os quadros do seu ensino, dogmático e abstrato, não apresentavam plasticidade para se ajustarem às necessidades novas da época, dos métodos, que eram autoritários e conservadores, e mesmo a rotina militarista não escapou a julgamentos; e, além de não incluir o

ensino das ciências, esse plano de estudos, excessivamente literário e retórico, não abria lugar para as línguas modernas, conservando nas elites uma tal ignorância sobre a linguagem que por milagre apenas se encontraria na colônia um brasileiro que soubesse francês.

A educação dos padres jesuítas no Brasil é considerada por muitos historiadores e pesquisadores da educação uma educação que se projetou elitista e excludente, uma vez que privilegiou o ensino dos filhos de colonos e de funcionários públicos. De acordo com Ferreira Jr., a pedagogia dos jesuítas, “[...] nasceu com o estigma de não ser para todos, ou seja, ficou excluído da educação escolar de caráter propedêutico o grande contingente da população colonial, formado pelos escravos desafricanizados, índios, mestiços e brancos pobres” (FERREIRA JR, 2010, p. 27). Entendiam os missionários desta congregação religiosa que estava destinado aos povos indígenas, desde a tenra idade “[...] apenas o trabalho braçal, acrescido de um pouco de instrução destinada às chamadas artes mecânicas, cuja aprendizagem se processava por meio da prática que as crianças realizavam imitando as habilidades desenvolvidas pelos adultos. (FERREIRA JR., 2010, p. 27)

Evidentemente, os negros não podiam receber essa educação, pois nesse período histórico eram eles e seus filhos escravos; portanto, pensar que os jesuítas poderiam educar os escravos não se fundamenta para esse momento. Os índios também não aceitaram a proposta de escolarização dos jesuítas, mostrando aversão ao estudo e à disciplina pensada e proposta pelos religiosos. No entanto, sugerir que os padres da Companhia de Jesus deveriam educar os negros seria, pois, infringir as leis e os representantes da Coroa na colônia, considerando que

não era essa a orientação de Portugal. Os índios também não viam com bons olhos os colonos ou mesmo os representantes de Portugal, isso em virtude de suas posturas, como nas situações em que bandeirantes invadiram as missões para carregar as riquezas dos jesuítas e aprisionar os índios, visando escravizá-los.

Concluimos concordando com os diversos autores que enfatizam o processo de elitização da educação dos jesuítas na colônia, quando privilegiaram a educação dos filhos dos colonos e de funcionários da Coroa que aqui residiam, além dos funcionários dos vilarejos e das cidades que se foram formando no período. O projeto pedagógico dos missionários da Companhia de Jesus pressupunha a educação e a evangelização visando à domesticação e à doutrinação dos povos indígenas que aqui estavam. Para desenvolver esse trabalho, os jesuítas tinham o apoio político e financeiro da Coroa portuguesa, pois essa uma missão que contribuiria para a conversão dos índios ao catolicismo e na aceitação das mudanças que aqui estavam sendo implementadas.

Referências

BARBOSA, L. M. R. **Igreja, Estado e educação em Martinho Lutero**: uma análise das origens do direito à educação. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARDOSO, M. A. **Breve trajetória do ensino religioso no Brasil**. Revista Unitas, Vitória, v. 5, n. 2, p. 223-239, 2017.

FARIA, M. R. **A educação jesuítica e os conflitos de uma missão**: um estudo sobre o lugar do jesuíta na sociedade colonial (1580-1640). Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA JR., A. **História da educação brasileira**: da Colônia ao século XX. São Carlos: EDUFScar, 2010.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. **Pluralidade linguística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 86, p. 171-195, abr. 2004.

JUNQUEIRA, S. R.; OLIVEIRA, L. B. **A construção histórica de um componente curricular brasileiro**: o ensino religioso. Universidade de Uberlândia, 1998. Disponível em:

http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/422SergioJunqueira_e_LilianBlanck.pdf.

Acesso em: 12/06/2018.

NETO, A. S.; MACIEL. L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Revista Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

PAIVA, W. A. **O legado dos jesuítas na educação brasileira**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 201-222, 2015.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2002.

SANTOS, B. **Missões e colégios: os jesuítas no Brasil no final do século XVI**. Sacrelegens, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 64-84, 2007.

VERCELLI, L. D. C. A. **O pensamento educacional de Martinho Lutero**. Educere et Educare, Cascavel, v. 7, n. 14, p. 46-53, jul./dez. 2012.

XAVIER, M. E. S. P. *et al.* **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

Recebido em 2020-07-26
Publicado em 2021-07-01